

Garantidoras de Crédito como dinamizadoras da economia urbana: apontamentos e sugestões.**Credit guarantee schemes as drivers of the urban economy: notes and suggestions.**

Recebimento dos originais: 12/10/2019

Aceitação para publicação: 17/10/2019

Christian Frederico da Cunha Bundt

Administrador, Mestre em Administração (UFSC), aluno do Programa de Pós-Graduação (doutorado) em Tecnologia e Sociedade da UTFPR

Membro da equipe de pesquisa do Projeto CNPq 403231/2018-3 - Cooperativas de crédito: estudo de caso das Sociedades Garantidoras de Crédito no Estado do Paraná

Bolsista CNPq

Instituição: Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Endereço: Av. Sete de Setembro, 3165 - Rebouças, Curitiba - PR

bundt@bundt.com.br

RESUMO

O presente ensaio discorre sobre os temas garantia de crédito, cooperativismo e sustentabilidade, contextualizados na cidade, no tecido urbano. Esses temas têm forte ligação com as micro e pequenas empresas, que são a maioria das empresas brasileiras e responsáveis por mais da metade dos empregos formais do país. O objetivo do estudo é discutir o que caracteriza a sociedade de garantia de crédito como potencial instrumento de mitigação dos efeitos sociais negativos da racionalidade instrumental sobre a cidade e quais meios ela possui para colaborar na busca de ambiente de negócios mais favorável às micro e pequenas empresas, sem descuidar dos conceitos de sustentabilidade propostos por Sachs (1986), entre outros autores. Foi também analisada uma garantidora de crédito específica e feitas sugestões de ações em direção ao objetivo do estudo. A discussão comprova a imbricada ligação dos temas e a possibilidade de as garantidoras cumprirem papel relevante na busca da racionalidade substantiva e da sustentabilidade.

Palavras-chave: Gestão. Racionalidade. Sociedade de Garantidora de Crédito. Sustentabilidade. Cooperativismo.

ABSTRACT

This essay discusses themes like credit guarantee, cooperativism and sustainability, contextualized in the city. These themes have a strong connection with small and medium business, which are the majority of Brazilian companies and responsible for more than half of the country's formal jobs. The aim of the study is to discuss what characterizes the credit guarantee society as a potential instrument

for mitigating the negative social effects of instrumental rationality on the city and what means it has to collaborate in the search for a business environment more favorable to small and medium business, without neglecting of sustainability concepts proposed by Sachs (1986), among other authors. A specific credit guarantor was also analyzed and action suggestions made towards the study objective. The discussion proves there is a strong connection of the themes and the possibility of the guarantors playing a relevant role in the search for substantive rationality.

Keywords: Management. Rationality. Credit Guarantee Schemes. Sustainability. Cooperativism.

1 INTRODUÇÃO

Para o Banco Mundial (2016), o crédito com qualidade é um dos maiores desafios para os pequenos negócios: quase 70% dessas empresas não tem acesso a crédito ou não o tem com qualidade. No Brasil não é diferente, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), principal incentivador dos pequenos negócios, sendo o acesso ao crédito um dos principais desafios do ambiente de negócios (FELTRIN; FERREIRA, 2013).

Dentre os diversos atores do ambiente de negócios das micro e pequenas empresas estão as Sociedades Garantidoras de Crédito (SGC), que são entidades privadas de fins não econômicos, que trabalham direcionadas para as micro e pequenas empresas, conforme aponta o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2018). As SGC são constituídas por associados, que geralmente são pequenas empresas e tem apoio de diversos segmentos públicos e privados ligados à concessão de crédito e ao desenvolvimento empresarial e regional (BUNDT, FERREIRA, RIBASKI, 2019). As SGC proporcionam maior estabilidade e segurança ao Sistema Financeiro Nacional, segundo o Banco Central do Brasil (2019), pois funcionam como colateral em contratos de financiamento e honram o financiamento de seu associado em caso de inadimplência, seja por falta de pagamento, falência ou liquidação. Elas são mecanismos protetivos para tomadores e concedentes de crédito (NITSCH; KRAMER, 2013), criando condições para melhorar o acesso ao crédito e reduzir as taxas de juros.

Na observação da literatura internacional a respeito das SGC ou das cooperativas de crédito (CC) que prestam o mesmo serviço de garantia, percebe-se forte avanço nos mecanismos de controle de seus desempenhos, a partir de vários indicadores estatisticamente tratados, em sua grande maioria voltados aos fatores econômicos e à eficiência no uso dos recursos, com poucas nuances abrangentes ou específicas no foco da gestão sustentável, vistas as obras de Fried, Lovell e Eeckaut (1993),

Goddard, McKillop e Wilson (2008) e Gat, Abdurahman and Waworuntu (2017), entre outros. Parece que lhes falta visão sistêmica, reduzindo o papel de tais entidades tão somente ao campo do crescimento econômico, geralmente, desprezando o contexto social em que desenvolvem suas atividades ou utilizado pouco de seu potencial.

Tal situação se aproxima ou é efeito do fenômeno que Fernandes e Rauen (2016) chamam de racionalização (da vida, da ciência...), que acaba por minimizar o objeto frente ao seu contexto, em função do foco extremado em um só problema/solução, como se ele fosse isolado dos demais. A ampliação de tal fenômeno no espaço e no tempo potencializou seu efeito para quase todos os campos da vida humana, sendo capaz de gerar certa miopia até nas mais renomadas escolas e estudiosos. E as consequências são perversíssimas frente à escassez de recursos (principalmente ambientais) e os crescentes níveis de consumo da humanidade.

As SGC e as cooperativas de crédito (CC) são instrumentos financeiros recentes no Brasil, o que não permitiu que alçassem ainda boa maturidade e contribuíssem compativelmente com as suas capacidades como já ocorrido noutros países há tempos (CAVINATO, 2014). Neste ponto é possível traçar um paralelo entre as SGC e as CC, na busca de identificar a racionalidade original do cooperativismo, aquela que Arizmendiarieta (1984) estabeleceu ou a que os pioneiros de Rochdale fundaram (PORTO e OPUSZKA, 2015). Aqui, por certo, é necessário cotejar as CC e SGC, entendendo sua origem e evolução, considerando seus diferentes estágios de existência.

Destarte, a situação de pouca maturidade das SGC brasileiras, de regras a serem elaboradas, de grande potencial de crescimento e de consciência de que é necessário que a gestão das SGC enxergue além do crescimento econômico, não perdendo a vista interdisciplinar sobre o espaço e seus elementos, o caso é uma excelente oportunidade para a discussão sobre um modelo de gestão para as SGC. Senão um modelo completo, um conjunto de indicadores para sustentar a formação desse novo modelo, quem sabe revisitando conceitos clássicos.

Aprofundando o debate sobre esses clássicos, naturalmente emerge o conceito de racionalidade. Entre diversos pensadores, Weber (1996) traz a racionalidade como algo vinculado à razão, seja ela material ou espiritual, desdobrando o conceito em três partes ou tipos: formal e teórica; instrumental; e substantiva. Outro cientista que trata de racionalidade e razão é Ramos (1989), que também descreve o processo de transvaloração da razão, indicando predominar na modernidade e na contemporaneidade o conceito de razão que se aproxima do conceito de racionalidade instrumental de Weber (1996).

Somada à transvaloração da razão, a transvaloração do social trouxe como consequência a ascensão do mercado à qualidade de dimensão central e ordenadora, tanto da ciência

social como da vida humana em geral na sociedade ocidental moderna (AZEVEDO; ALBERNAZ, 2015, p. 601).

Certamente esse conceito arraigado, então, na sociedade que ‘recentemente’ moldou a vida atual, também reorganizou o conceito de rural e de urbano (ou de cidade), conforme Pereira (2008).

A humanidade vive, há alguns anos, predominante em cidades (meio urbano). E nelas se mantém por meio do trabalho, normalmente vinculados às organizações da sociedade (empresas públicas, privadas e próprias). Dentre essas organizações, quase a totalidade, 99%, são micro e pequenas empresas privadas (MPE), responsáveis por 52% dos empregos formais em 2018, conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2019).

Sendo assim, instrumentos como as SGC podem atingir diretamente mais da metade da população formalmente empregada, mais os que trabalham formais por conta própria. Com esse razoável alcance, o instrumento tem, sem sombra de dúvida, potencial para ser utilizado em favor de uma racionalidade menos mercantil e mais consequente, mais voltada à ação autônoma e criativa, como discutido por Illich (1976), preocupada com o impacto que se causa nos outros e nas coisas, conforme apontado por Sachs (1993).

Sendo assim, resta declarar que o objetivo deste artigo é discutir o que caracteriza a SGC como potencial instrumento de mitigação dos efeitos sociais negativos da racionalidade instrumental sobre a cidade e quais meios ela possui para colaborar na busca de ambiente de negócios mais favorável às MPE, sem descuidar dos conceitos de sustentabilidade propostos por Sachs (1986), entre outros autores. Mais especificamente, é verificado o caso específico de uma SGC instalada em Curitiba, estado do Paraná, Brasil.

Para alcançar o alvo do estudo, na segunda parte são discutidos alguns conceitos sobre sociedades de garantia de crédito, racionalidade das cidades e cooperativismo. No terceiro capítulo são examinadas características das garantidoras de crédito e alguns números da Sociedade Garantidora de Crédito Sul do Paraná – Garantisul e realizadas algumas sugestões. Por fim estão as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO

Nesta seção estão postos os conceitos-chave que lastreiam a discussão proposta.

2.1 SOCIEDADES GARANTIDORAS DE CRÉDITO: ORIGEM E FUNCIONAMENTO NO

BRASIL.

Conforme Cavinato (2014), o modelo de SGC foi introduzido no Brasil por iniciativa de empresários da cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, após visita técnica à região de Vêneto, na Itália. A primeira organização deste tipo no Brasil, a Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha – Garantiserra, surgiu como um projeto piloto em 2003 e teve o apoio técnico, financeiro e institucional do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do seu Fundo Multilateral de Investimento, do Sebrae Nacional, do Sebrae Rio Grande do Sul, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, das Prefeituras Municipais da região da Serra Gaúcha, além de associações comerciais, sindicatos e várias outras entidades representativas de classe da região. O seu Fundo de Risco Local (FRL) possui aportes de recursos privados e públicos. Em razão desta característica, a sua governança também é mista, contando com 11 membros participantes em seu Conselho de Administração. A maioria dos representantes pertence às empresas associadas (marco de governança frente aos fundos garantidores tradicionais que são geridos por entes públicos normalmente).

No Brasil, em 2017, existiam 12 SGC em operação e seis delas no Estado do Paraná, conforme o Portal das SGC (2018), conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Garantidoras de Crédito no Brasil, respectivas cidades/estados da federação e ano de fundação.

GARANTIDORA	CIDADE/ESTADO DA FEDERAÇÃO	ANO DE FUNDAÇÃO
GarantiParanaíba	Patos de Minas/MG	2012
Garantia dos Vales	Governador Valadares/MG	2012
GarantiParaíba	Campina Grande/PB	2014
Centro Sul	Guarapuava/PR	2014
GarantiNorte	Londrina/PR	2014
GarantiOeste	Toledo/PR	2011
GaratiSudoeste	Francisco Beltrão/PR	2011
GarantiSul	Curitiba/PR	2015
Noroeste Garantias	Maringá/PR	2011
GarantiNorte	Campos dos Goytacazes/RJ	2014
GarantiSerra	Caxias do Sul/RS	2003
GarantiOeste	Chapecó/SC	2015

Fonte: Portal das SGC (2018).

Interessante notar que há tempo razoável, oito anos, entre a primeira iniciativa de SGC no Brasil e a segunda, o que não ocorreu entre a segunda e a terceira e assim por diante, mostrando quase uma nova iniciativa por ano. Isso se justifica no estímulo dado pelo Sebrae, em 2008, através de uma

chamada pública de apoio a projetos desta natureza e a destinação de R\$ 30 milhões para aporte inicial nos Fundos de Risco Locais. O intuito era promover de um amplo sistema de garantia de crédito no país, apoiando o surgimento de instituições com as mesmas características da pioneira Garantiserra. Como resultado da ação, foram apresentados 19 projetos envolvendo 18 estados, 83 proponentes e 193 parceiros (CASTRO; RODRIGUES, 2014). Assim foi lançado o embrião das SGC no Brasil.

2.2 A RACIONALIDADE DA CIDADE (DA MAIORIA).

Falar em racionalidade no mundo ocidental parece óbvio. Via de regra, a discussão se encaminha para temas ligados ao capitalismo. E as promessas desse sistema foram muitas, conforme aponta Santos (2000), infelizmente várias não cumpridas. Imbricadas nesses sistemas capitalistas, as cidades também prometeram desempenhar papel social que já não cumprem mais, conforme Bresciani (2004), que ainda aponta certo encurtamento desse papel.

(...) Encolhimento que não se deve apenas à interferência direta dos interesses em jogo, dos verdadeiros agentes urbanos ou promotores do espaço público: governos – no mais das vezes preocupados em transformar a cidade em imagem publicitária – ou os especuladores imobiliários de sempre (proprietários, construtoras etc.); à qual se somam os limites naturais da profissão, obrigando a dividir a responsabilidade de qualquer intervenção com outros profissionais; mas, basicamente, imposto pelo rumo atual do capitalismo, cuja mundialização é responsável em grande parte por uma urbanização tanto mais intensa e extensa quanto maior o contingente dos “náufragos da competitividade” mundial (**só no Brasil, mais de 70% da população pobre reside nas cidades**). (ARANTES, 1998, p. 131-132, grifo nosso).

Parece que as cidades sofreram semelhante transvaloração da razão descrita por Ramos (1989), também em busca da instrumentalidade.

A cidade que, no passado, era o lugar fechado e seguro por antonomásia, o seio materno, torna-se o lugar da insegurança, da inevitável luta pela sobrevivência, do medo, da angústia, do desespero. Se a cidade não se tivesse tornado a megalópole industrial, as filosofias da angústia existencial e da alienação teriam bem pouco sentido e não seriam – como no entanto são – a interpretação de uma condição objetiva da existência humana. (ARGAN, 1993, p. 212).

Facilmente se percebe que o homem deixou de ser o centro e virou parte da grande ‘engrenagem’ da produção. Nas palavras de Bresciani (2004, p.10), a cidade “é o *locus* privilegiado da produção e da reprodução do capital”. Sendo assim, a cidade começa, em meados da revolução industrial, a receber também essa influência na sua concepção/atualização: ela precisa atender aos requisitos da produtividade e do melhor arranjo para os demais recursos produtivos, a fim de maximizar a produção e, agora, o consumo.

Impossível esquecer que por trás do cunho racionalista, produtivista e consumista, a cidade também tem sua política, seus artefatos e maquinismos, como descrito por Winner (1980) para gerar/manter certa ordem social e desejos fictícios, que trabalham em favor da racionalidade dominante.

Em contraponto, Pereira (2008) aponta que essa racionalidade instrumental dominante está com os dias contados. Topalov (1997) já apontava tal mudança de paradigma, com a emergência de um novo ainda em processo de criação.

Terminou a grande narração épica do progresso econômico e do progresso social está começando a da restauração do planeta terra em sua integridade original. A reviravolta das representações que isso implica é exatamente de sinal contrário ao da reviravolta que se produziu no início do século: à socialização integral da natureza sucede a naturalização integral da sociedade. Isso tem implicações nas linguagens dominantes das disciplinas científicas e nas hierarquias entre as mesmas. Assiste-se a uma importação maciça por parte das ciências humanas de esquemas construídos nas ciências físicas ou biológicas. Em particular, a cibernética e a ecologia fornecem os poderosos instrumentos da análise dos sistemas a ciências sociais cujo objeto original, ou seja, as relações sociais, é cada vez mais contestado (...). Assim, a racionalização planejadora tinha colocado entre parênteses uma representação substancialista do Homem que o ecologismo restaura e sobre a qual constrói seu programa. O problema da floresta amazônica já não é o dos conflitos pela terra e pelo controle de matérias-primas, mas o da proteção da biosfera. O problema da habitação nas grandes cidades já não é o do acesso normalizado a esse bem para as categorias excluídas do mercado, mas o da proteção dos lugares e da redução das escalas. (TOPALOV, 1997, p. 37).

Esse deslocamento do foco do homem para o meio ambiente aparece cada vez mais nos discursos de líderes mundiais. É sinal claro de que novo paradigma e novos tempos estão por vir, ainda sem dar certeza quando serão dominantes como é a racionalidade instrumental. Está ocorrendo de fato uma transição de um paradigma a outro? Se isso de fato ocorre, quanto tempo terá esse novo paradigma?

2.3 O COOPERATIVISMO E A RACIONALIDADE TRANSPOSTA.

Apesar dos apontamentos recentes de Topalov (1997) e Santos (2000) sobre o novo modelo, que recoloca o homem no contexto natural, facilmente se percebe a existência de diversos movimentos que representam tal busca ou até mesmo são intermediários úteis e ou necessários do caminho. Um deles, bastante conhecido mundialmente, é o cooperativismo. E no caso em estudo, das SGC, ele contém elementos, nos seus fundamentos e na sua organização, que colaboram na crítica construtiva ao modelo de gestão existente.

O cooperativismo formal nasceu no período da Revolução Industrial e, interessadamente, na Inglaterra, também berço da Revolução Industrial. Em 21 de dezembro de 1844, em Manchester (na época a cidade chamava-se Rochdale), foi fundada a primeira sociedade cooperativa de consumo

organizada, chamada *Rochdale Equitable Pioners Society Limited*, com 28 membros, conforme apontam Porto e Opuszka (2015).

Passados pouco mais de 10 anos da fundação, a pioneira cooperativa inglesa já tinha mais de 400 sócios e seu crescimento foi de mais 700%, conforme aponta Schneider (1991). Mas esse crescimento não foi tão simples, pois a instituição passou por dificuldades extremas; e não foi em vão, pois justamente essas barreiras enfrentadas durante a Revolução Industrial e frente ao avanço do capitalismo é que deram origem à base do que se conhece hoje como os princípios do cooperativismo (NAMORADO, 2013). Os sete princípios universais que regem a atividade são: 1) adesão livre e voluntária; 2) gestão democrática; 3) participação econômica; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; 7) interesse pela comunidade (MEINEN; PORT, 2014).

Na leitura dos princípios do cooperativismo recém listados, percebe-se que eles não combinam integralmente com a racionalidade instrumental. Na tentativa de investigar sobre a prática da racionalidade substantiva de Guerreiro Ramos nas organizações (inclusive cooperativas), Serva et al (2015) realizaram pesquisa que leva à seguinte conclusão:

Assim, no contraponto de crenças ingênuas sobre a racionalidade em organizações do Terceiro Setor, em geral, os trabalhos demonstraram como em algumas dessas organizações predomina a racionalidade instrumental, orientada pela lógica de mercado. Ainda assim, em organizações onde há o envolvimento real dos cooperados, trabalhadores e/ou voluntários foi possível identificar fortes indícios da lógica substantiva (...). (SERVA et al, 2015).

Sampaio *et al* (2012) também observa que as Cooperativas de Mondragón também falharam na manutenção integral dos seus princípios basilares, ficando contaminadas pela racionalidade instrumental em algum momento e local.

Parece quase óbvio que não seria fácil encontrar um tipo puro de racionalidade, ainda mais em uma só cooperativa e durante tanto tempo. O mais importante é que não há estudos que apontem o contrário, e que é possível, por meio do cooperativismo, alcançar ou praticar a racionalidade substantiva.

Adicionalmente, os estudos de Serva *et al* (2015) também fazem alusão à teoria da ação comunicativa de Habermas como bastante vista nos estudos sobre o tema, o que também está presente em Fernandes e Ponchirolli (2011), quando abordam as contribuições de várias racionalidades às organizações.

Por fim desta seção, cabe questionar se, puros, a racionalidade substantiva ou mesmo o cooperativismo não são utopias, como as apontadas por Morus (1997) e Mannhein (1971), e como seriam essas utopias frente às ideias ‘desenvolvimentistas’ de Schumpeter (1997).

3 GARANTIDORAS DE CRÉDITO COMO DINAMIZADORAS DA ECONOMIA URBANA

Diferentemente dos programas convencionais de garantias (ou fundos de aval), as SGC possuem a vantagem de ter recursos de origem pública e privada, o que gera certa corresponsabilidade pela garantia do crédito para o tomador (SANTOS, 2006). Outra importante diferença é que são constituídas através de um processo de articulação e envolvimento de parceiros locais e associados, que geralmente são empresários de pequenos negócios (PORTAL DAS SGC, 2018). Assim, há uma maior proximidade com o empresário, que é conhecido pela SGC, e uma redução no risco moral, com consequência da “fiscalização” indireta dos associados.

No modelo SGC do Brasil, também há uma dupla análise da operação de crédito: uma realizada pela própria SGC e outra pela instituição financiadora, logo, a probabilidade de erro na decisão do crédito é menor, o que implica em menor inadimplência (CASTRO; RODRIGUES, 2014). Essas características aproximam a realidade e práxis das SGC às cooperativas, pois ligam os associados entre si, na tentativa de vínculo entre eles, ao menos moral.

Outro ponto interessante é a assessoria financeira que acaba ocorrendo pela já mencionada dupla análise. Naturalmente os questionamentos, críticas construtivas, apontamentos e comparações do analista de crédito da SGC, que visita e entrevista cada associado, provocam esse ambiente de reflexão. A SGC, assim como a cooperativa, tem total interesse que seu associado esteja sempre administrativa e financeiramente ‘sadio’, pois o pagamento das prestações dos financiamentos garantidos depende dessa condição. Sendo assim, periodicamente, os analistas retornam às empresas associadas para verificar tal situação e, se necessário, trazem assessoria para a empresa por meio do Sebrae. Aqui também se pode comparar o procedimento da SGC à assistência técnica prestada pelas cooperativas do agronegócio aos seus cooperados ou mesmo ao princípio da educação defendido por Arizmendiarieta (1984).

Por certo, se bem conduzidas e em longo prazo, essas práticas farão diferença positiva no desempenho dos associados e no nível de emprego por eles gerados. Não se pode esquecer que as micro e pequenas empresas são consumidoras de fornecedores próximos, o que influencia muito na dinâmica da economia local. Por estas práticas, pode-se afirmar que as SGC são elementos que podem

dinamizar a economia local. Elas facilitam o acesso ao crédito de qualidade e fazem assistência técnica. Mas é possível fazer mais, usando a rede que está instalada tendo a SGC como elo forte.

No caso brasileiro das SGC, inclusive no Paraná, fator que sobressai e exige mais atenção à gestão das SGC é o aporte de recursos públicos que elas vêm ganhando nos últimos anos. Prefeituras de algumas cidades paranaenses, conforme aponta o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2018), já fizeram investimentos em fundos de risco locais gerenciados por algumas SGC, lastreados no Acórdão TCE/PR 472/2012, conforme o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (2019). E o fizeram direcionando recursos para garantia de financiamentos para determinadas atividades. Ou seja, já foi identificado o potencial indutor das SGC.

Neste diapasão, cabe questionar: por que não são feitas rodadas de negócios entre os associados, inclusive virtuais, sem necessidade de deslocamento? Há indicadores sobre mortalidade dentre os associados? Há monitoramento dos quantitativos de fornecedores regionais? Há índices de educação empresarial versus faturamento ou inadimplência? Há taxas de associação ou de serviço diferenciadas para empresas de regiões mais pobres da cidade? Para essas regiões há alguma campanha intensiva ou diferenciada? Há concurso ou premiação para empresas que comprovem sua eficiência ambiental? Há prospecção de novos serviços desejados pelas empresas ou stakeholders (vide que noutros países, a oferta de serviços é maior)? Poderia existir uma espécie de ranking entre as SGC paranaense ou brasileiras?

Os itens dos questionamentos e outros poderiam compor o modelo de gestão da SGC, sistematizando a prática de uma gestão que efetivamente tivesse em seu DNA a preocupação com questões além das econômicas, guardiã de racionalidade substantiva em grande parte de suas ações. Quem sabe assim, poderia ser um artefato útil na transição para essa nova ordem apontada por Topalov (1997).

3.1 CASE: A SOCIEDADE GARANTIDORA DE CRÉDITO GARANTISUL

A Sociedade Garantidora de Crédito Garantisul está localizada em Curitiba, na Rua Heitor Stockler de França, 356, Centro Cívico, em Curitiba. Atende aos municípios região metropolitana, a própria capital e litoral do Paraná. Foi fundada em 1º de julho de 2015 e constituída pelas associações empresariais de Araucária, Campo Largo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Pinhais e São José dos Pinhais.

A estrutura de governança da Garantisul conta assembleia geral, conselho de administração, diretoria independente e conselho fiscal. Todos os entes de governança apontados estão previstos em regimento/estatuto ou equivalente e as funções são preenchidas por membros indicados pelas associações empresariais instituidoras.

A primeira operação foi realizada em 05/12/2016. A taxa média de garantia gira em torno de 80% do valor do financiamento e o FRL pode ser multiplicado por até 10 vezes para se chegar ao máximo de garantias, mantida baixa a taxa de inadimplência. Neste estudo não é objeto o questionamento técnico a respeito de valores e taxas do FRL, exceto sua descrição. Alguns números da Garantisul estão no quadro 2.

Quadro 2 – Números da Garantisul – 2017 e 2018.

Ano	Valor do FRL (R\$)	Operações	Ticket (R\$)	médio	Total financiamentos garantidos (R\$)	em Inadimplência (em 31/12 - %)
2017	1.020.000	128	73.000		9.300.000	1,5%
2018	2.000.000	150	56.000		7.923.000	1,0%

Fonte: Garantisul (2019).

Numa análise primária, a taxa de inadimplemento é baixa para a quantidade de operações e a recente atividade da organização.

3.1.1 Origem dos associados e das propostas

Os associados da Garantisul podem vir de diversos parceiros ou por conta própria. Os principais indicadores de associados são as próprias associações comerciais instituidoras, as cooperativas e bancos parceiros (Sicoob, Sicredi, Cresol, Fomento Paraná e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul).

O associado poderá vir por conta própria agendando previamente o atendimento, seja na sede da garantidora ou na empresa.

3.1.2 Custos para os associados

Os novos associados pagam uma taxa de associação. Se estes já forem associados de alguma associação comercial, pagam R\$150,00; se não, R\$600,00. Este valor é pago uma vez só. A taxa de garantia está fixada em 0,16% do valor de cada prestação em média. Não foram apontados outros custos ou taxas para os associados até o momento.

3.1.3 Análise das propostas

Como já apontado anteriormente, existe a dupla análise. Na observação do processo, pode-se dizer que há tripla análise. Fica mais esclarecido a partir da seguinte explicação:

- 1) O agente de crédito da Garantissul recebe a proposta de quaisquer parceiros ou da própria empresa e agenda a visita com o responsável por ela.
- 2) Durante a visita, o agente realiza o levantamento socioeconômico documentado, inserindo a proposta no sistema; aqui já ocorre a primeira análise, pois o agente deve sugerir a continuidade da análise ou seu encerramento.
- 3) No sistema, um analista de plantão verifica os requisitos mínimos e passa, se atendidos, ao comitê de crédito para o parecer final; nesta fase, este analista também expressa sua opinião a respeito do atendimento.
- 4) Nesta fase, o comitê faz a análise de todas informações da proposta e dá o veredito final. Se positivo, a secretaria executiva da Garantissul avisa o cliente e emite a Carta de Garantia, que será entregue ao 'banco' no momento do financiamento.

Importante destacar que todos os agentes e analistas são remunerados (valores diferentes entre si), assim como as associações empresariais que possuem agente de crédito e realizam a fase 1 e 2 na sua cidade. No caso do FRL do município de Araucária, gerenciado pela Garantissul, as fases 1 e 2 são realizadas pelo agente de crédito da própria prefeitura, que já faz a priorização e a adequação mínima aos padrões requeridos pelo município (no caso até R\$20.000,00 e microempresa).

Todos os analistas ou agentes possuem experiência ou formação na área de gestão e recebem treinamento prévio para as atividades. O comitê da fase 4 é composto cinco pessoas, representantes do Sebrae e das associações empresariais, ou ainda ex-bancários.

Destaca-se que na capacitação dos colaboradores não há conteúdos ou práticas relacionadas à sustentabilidade. Há apenas temas ligados aos procedimentos internos e às finanças empresariais.

Todas as atividades dos analistas e agentes são registradas em sistema e cada um tem a obrigação de assinar eletronicamente depois de cada decisão individual ou em conjunto.

3.1.4 Mecanismos a serem sugeridos à gestão da Garantissul para auxiliar pontualmente na dinamização da economia urbana, com bases nos conceitos de sustentabilidade.

Diversas são as possibilidades para melhorar a atividade da garantidora com vistas à racionalidade substantiva e à sustentabilidade. Destaca-se que já existem algumas práticas alinhadas, principalmente a clareza das regras, a análise em conjunto pelos pares, a democratização do acesso ao crédito, entre outras.

Far-se-á uma sugestão global, bastante contextualizada nas formas contemporâneas de comunicação. Por óbvio, neste ensaio não há condições de testar tal sugestão, por isso é suscetível de crítica e melhoria.

A sugestão é que se tenha uma espécie de jogo ou de contratos, de adesão voluntária, aberto e consultável por qualquer pessoa (sem revelar valores). Como muitos dos jogos, serão necessários juízes, que seriam os próprios agentes durante as visitas continuadas. A seguir estão listadas algumas ideias para o jogo (a nomenclatura é sugestiva). Sugere-se que a taxa de garantia seja um intervalo, sendo as taxas menores dependentes do desempenho da empresa em áreas como cooperação, negócios com outros associados, geografia dos fornecedores, fornecimento para entes públicos, atuação fraternal e ambiental. O espírito *gamificado* pode tornar atraente a sugestão, que pretende apontar elementos de desenvolvimento local.

- a) *Covenants* de gestão financeira: aqui tenta-se o exercício da racionalidade instrumental, da natureza dos negócios capitalistas. Focar-se-á nesta fase em índices como liquidez, score Serasa, faturamento, endividamento e número de empregos, entre outros.
- b) *Covenants* ambientais: aqui tenta-se o exercício da racionalidade ambiental, de relacionamento com o meio ambiente natural; aqui estariam os níveis de consumo de energia, água, produção de lixo, entre outros. Talvez o que Leff (2000) defende sirva de base para esta criação.
- c) *Covenants* de comunicação: em busca do exercício da racionalidade comunicativa, na linha das ideias de Habermas (1989), sugere-se desempenho relacionado à participação em atividades ou instituições relacionadas ao seu negócio e como influencia a localidade onde se insere primariamente, além das atividades de educação empresarial e para a sustentabilidade.

- d) *Covenants* de fraternidade e cultura: aqui procura-se o exercício das obrigações éticas e morais para com o próximo, no resgate de parte dos comportamentos valorativos, propostos por Fernandes e Ponchirolli (2011). Podem ser medidos auxílios permanentes e esporádicos a comunidades, escolas e outros locais carentes de atenção social.

Acredita-se que os quatro tipos abarquem boa parte dos conceitos de sustentabilidade apontados por Sachs (1993).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feitas as breves investidas em parte das teorias sobre racionalidade, cooperativismo, garantia de crédito e a racionalidade da cidade, percebe-se facilmente a ligação entre os temas e a vastidão de pensamentos e iniciativas que podem ser construídos a partir da mistura dos assuntos.

Certamente o objetivo de discutir sobre as SGC como potencial instrumento de mitigação dos efeitos sociais negativos da racionalidade instrumental sobre a cidade e quais meios ela possui para colaborar na busca de ambiente de negócios mais favorável às MPE, considerando conceitos de sustentabilidade propostos por Sachs, foi atingido.

Do aprofundamento no dia a dia de uma SGC foi possível conhecer um pouco dos processos internos, dos atores e seus papéis, configurando relações entre eles e seus pares.

Já as sugestões deixadas para a Garantisul, que servem em essência para outras SGC, podem sofrer alterações ou calibrações ao longo do tempo, e mesmo a sua adoção em outros ambientes organizacionais. O estilo *gameficado* pode trazer nova roupagem para temas já conhecidos e que sofrem resistência de alguns empresários.

Por fim, fica o questionamento sobre a atribuição de valor a itens que talvez tivessem que ficar mais no campo dos valores, como a fraternidade. Pensa-se que o exercício continuado da prática pode atuar como a educação atua, desenvolvendo até hábitos e relacionamentos. E que, em se tratando da transição entre um 'regime' e outro, entre o velho e o novo paradigma, a ferramenta SGC tem serventia e capacidade de atuar no segmento das micro e pequenas empresas, permitindo a criação de um ambiente de negócios mais favorável aos conceitos de sustentabilidade e mais bem adaptado aos tempos que estão por vir.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Edusp, 1998.

ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ARIZMENDIARRIETA, J. M. **La empresa para el hombre**. Mondragón: Caja Laboral Popular, 1984.

AZEVEDO, A.; ALBERNAZ, R.A. **A Razão d'A Nova Ciência das Organizações**. Cadernos EBAPE.BR (FGV), v. 13, Edição Especial, Rio de Janeiro, set. 2015. p.593-604.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Coleção Garantias**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 set. 2019.

BANCO MUNDIAL. Principles for public credit guarantee schemes for SMEs. **Policy Research Working Paper 7753**. Washington/DC, WBG, 2016. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/576961468197998372/pdf/101769-REVISED-ENGLISH-Principles-CGS-for-SMEs.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

BUNDT. Christian Frederico da Cunha; FERREIRA, Jefferson Marcondes; RIBASKI, Sônia Aparecida Guetten. Sociedades de Garantia de Crédito do Paraná - breve descrição e análise de atividades em 2018. **Brazilian Journal of Technology**, volume 2, número 3. p. 730-741, jul./sep. 2019.

BRESCIANI, M. S. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 2, Campinas, nov. 2004.

CASTRO, L. H.; RODRIGUES, E. R. Q. **Sociedade garantidora de crédito**. Série Empreendimentos Coletivos. Brasília: Sebrae, 2014.

CAVINATO, R. A. Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha - Garantiserra: um esquema de garantias misto, público-privado. In: POMBO, P.; ALVIM, P. (Eds.). **Coletânea Garantias 2014** - Parceria SEBRAE e REGAR. Brasília/DF, Brasil: Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa - SEBRAE, 2014. p. 183-200.

FELTRIN, L. E.; FERREIRA, E. C. Inclusão financeira: a visão e a atuação do Banco Central do Brasil. In: SANTOS, C. A. **Pequenos negócios: desafios e perspectivas: serviços financeiros**. v. 5. Brasília: Sebrae, 2013. p. 29-37.

FERNANDES, V. A racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v. 6, n. 3, Rio de Janeiro, set. 2008.

FERNANDES, V.; PONCHIROLLI, O. Contribuições da racionalidade comunicativa, racionalidade substantiva e ambiental para os estudos organizacionais. **CADERNOS EBAPE.BR** (FGV), v. 9, Edição Especial, Rio de Janeiro, jul. 2011.

FERNANDES, V.; RAUEN, W. B. Sustainability: an interdisciplinary field. **Fronteiras. Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anapolis, v. 5, p. 188-204, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2016v5i3.p188-204>. Acesso em: 04 set. 2019.

FRIED, H. O.; LOVELL, C. A. K.; EECKAUT, P. V. Evaluating the performance of US credit unions. **Journal of Banking & Finance**. v.17. 1993. p.251-265 (ISSN 0378-4266). Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0378-4266\(93\)90031-8](https://doi.org/10.1016/0378-4266(93)90031-8). Acesso em 12 out. 2019.

GARANTISUL. **Relatórios de Gestão**. Curitiba: Garantissul, 2019.

GAT; ABDURAHMAN, E.; WAWORUNTU, S. R. Contribution of information technology through consumer engagement to improve market growth of credit union. **5th International Conference on Cyber and IT Service Management (CITSM)**. Denpasar, 2017. p. 1-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/CITSM.2017.8089259>. Acesso em: 10 dez. 2019.

GODDARD, J.; MCKILLOP, D.; WILSON, J. The diversification and financial performance of US credit unions. **Journal of Banking & Finance**. v.32. p.1.836-1.849. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jbankfin.2007.12.015>. Acesso em: 12 dez. 2019.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

ILLICH, I. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2000

LIPIETZ, A. Uma visão regulacionista sobre o futuro da ecologia urbana. In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Ano 8, N.1, abr. 1994. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1994.

MANNHEIN, K. Utopia. In: NEUSÜSS, A. **Utopía**. Barcelona: Barral Editores, 1971.

MEINEN, Ê.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confebras, 2014.

MORUS, T. **A Utopia**. São Paulo: LP&M, 1997.

NAMORADO, R. **O mistério do cooperativismo: da cooperação ao movimento cooperativo**. Coimbra: Almedina, 2013.

NITSCH, M.; KRAMER, D. Garantias de crédito para micro e pequenas empresas: experiências com sistemas entre autoajuda, fomento público e parcerias público-privadas. In: SANTOS, C. A. **Pequenos negócios: desafios e perspectivas: serviços financeiros**. v. 5. Brasília: Sebrae, 2013, p. 233-247. Disponível em: <https://www.lai.fu-berlin.de/homepages/nitsch/garantias19-final-Manfred-Nitsch-e-Dirk-Kramer.pdf>. Acesso em: 01 out. 2019.

PEREIRA, G. **Realidade urbana contemporânea: um exercício reflexivo**. UFPR. 2008. Disponível em: http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/lahurb/wp-content/uploads/sites/31/2017/08/Realidade_Urbana_Contemporanea.pdf. Acesso em: 10 dez. 2019.

POMBO, P.; HERRERO, A. **Los sistemas de garantías para la PYME en una economía globalizada**. 1.ed. Espanha: Egondi Artes Gráficas, 2001.

POMBO, P.; MOLINA, H.; RAMÍREZ, J. N. **Clasificación de los sistemas de garantía desde la experiencia latinoamericana** - Nota Técnica IDB-TN-503. Banco Interamericano de

Desenvolvimento, Departamento de Desenvolvimento Sustentável, Divisão de Micro, Pequena e Média Empresa, jan. 2013.

PORTAL das SGC – Sociedade de Garantia de Crédito. Disponível em: <http://www.garantidorasdecredito.com.br>. Acesso em: 15 mai. 2018.

PORTO, P. A. C.; OPUSZKA, P. R. Dos primórdios de Rochdale à consolidação do cooperativismo como fonte de desenvolvimento. In: **Direito econômico e desenvolvimento - CONPEDI/UFS**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 358-371. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/8uix05yq/fjG094Ri0wS7ODTa.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1989.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. Studio Bobel: FUNDAR, 1993.

SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V.; ETXAGIBEL, J. A.; GABILONDO, L. A. Revisitando a experiência de cooperativismo de Mondragón a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 25, p. 153-165, Editora UFPR, jan./jun. 2012.

SANTOS. B. S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, C. A. **Risco de crédito e garantias**: a proposta de um sistema nacional de garantias. Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa - Sebrae, 2006. Disponível em: <http://www.sociedadegarantiacredito.com.br/publicacoes/teses-monografias>. Acesso em: 09 set. 2019.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia**: participação e autonomia cooperativa. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Fundação Vitor Civita, 1997.

SERVA, M; CAETANO, D.; SANTOS, L.; SIQUEIRA, G. A análise da racionalidade nas organizações - um balanço do desenvolvimento de um campo de estudos no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR** (FGV), v. 13, n. 3, Rio de Janeiro, jul./set. 2015. p.414-437.

SEN, A. K. **Development as freedom**. New York: Anchor Books, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Pequenos negócios em números**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 10 out. 2019.

TOPALOV, C. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma de ação sobre a cidade e o habitat? In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**. Vol. XI, N.1 e 2, jan/dez 1997. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1997 p. 19-42.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Acórdão TCE/PR 472/12**. Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2012/4/pdf/00009190.pdf>. Acesso em: 16 out. 2019.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1996.

WINNER, Langdon. Do Artifacts have Politics? **Daedalus**, v. 109, n. 1, Winter, 1980, p. 121-136. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20024652>. Acesso em: 20 out. 2019.